



S-18148/2024

Exmo. Senhor
LUÍS LEAL & FILHOS, S.A.
RUA PEDRO HISPANO, 575 STO ESTEVÃO
3700-536 ARRIFANA

Sua referência:

Sua comunicação de:

Nossa referência

Data

S-18148/2024

2024/12/17

NIPC: 56592/24**PROCEDIMENTO: 1205/2024****ASSUNTO:** AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA, TRANSPORTE E TRATAMENTO DE SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL - CATEGORIA M1

Tornando-se necessário proceder à aquisição dos serviços acima referidos, nos termos do caderno de encargos/especificações técnicas em anexo, foi pelo órgão competente formulada decisão de contratar, mediante despacho oportunamente proferido nesse sentido.

1. **Objeto do contrato:** “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA, TRANSPORTE E TRATAMENTO DE SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL - CATEGORIA M1, DO CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE ANIMAIS DE COMPANHIA DA MAIA”
2. **Preço Base:** O preço base do presente procedimento é de **13 000,00 €** (treze mil euros), sendo solicitados os preços contratuais conforme a lista de preços unitários dos serviços necessários a prestar no âmbito do presente procedimento, de acordo com o Anexo II ao caderno de encargos.
3. **Classificação relativa ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV):** Código do CPV 90513300-9 – “Serviços de incineração de resíduos”, do Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão de 28 de novembro de 2007 e publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L 74, de 15 de março de 2008.
4. **Entidade adjudicante:** Município da Maia
5. **O Órgão que tomou a decisão de contratar:** A decisão de contratar foi tomada pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, através de **despacho exarado em 17 de dezembro de 2024.**



6. **Procedimento para a formação de contrato:** ajuste direto ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação em vigor e doravante abreviado por CCP.

7. **Esclarecimentos, erros e omissões e retificações das peças do procedimento**

- a) O interessado pode solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, durante o **primeiro terço do prazo** fixado para a apresentação das propostas, não sendo considerados os pedidos com data de solicitação posterior ao termo do referido prazo.
- b) No mesmo prazo, os interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
- c) Até ao fim do **segundo terço do prazo** fixado para a apresentação da proposta, o órgão competente para a decisão de contratar deve prestar os esclarecimentos solicitados, e pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelo interessado, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
- d) O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto no número anterior.
- e) Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 4, ou até ao final do prazo de entrega de candidaturas ou propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto em matéria de prorrogação do prazo fixado para apresentação de propostas.
- f) Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetado pelo interessado serão disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento, sendo o interessado imediatamente notificado desse facto.
- g) Os esclarecimentos e as retificações fazer parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

8. **Elementos da proposta:** A proposta deve indicar os seguintes elementos:

- Objeto da aquisição de serviços de acordo com as especificações técnicas;
- Preço contratual total da proposta;



- Preços Unitários – os quais devem ser preenchidos diretamente no Anexo II ao Caderno de Encargos, cujo ficheiro segue em formato Excel para o efeito;
- Condições de pagamento;
- Prazo máximo de recolha;
- Outros elementos (validade da proposta, despesas incluídas, descontos, etc.);
- O preço que não deve incluir o I.V.A., deve ser indicado em algarismos. Quando o preço constante da proposta for também indicado por extenso, em caso de divergência, este prevalece, para todos os efeitos, sobre o preço indicado em algarismos;
- A proposta deve mencionar expressamente que ao preço total acresce o I.V.A., indicando o respetivo valor e a taxa legal, quando aplicável;

9. Documentos da proposta:

- a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos/especificações técnicas, elaborada em conformidade com o modelo Anexo I.
- b) Declaração do cumprimento do disposto no artigo 419.º-A do CCP, conforme o anexo constante no Caderno de Encargos;
- c) Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando aplicável.
- d) Outros elementos, de apresentação facultativa, que o concorrente considere relevante para o objeto do contrato a celebrar e que respeite as condições determinadas nas peças procedimentais.
- e) Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
- f) Certidão do registo comercial ou documento similar.

10. Prazo para apresentação da proposta: até às 23:59 do 9.º (nono) dia (prazo contínuo, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados).

11. Modo de apresentação da proposta: A proposta e os documentos que a acompanham serão entregues através da plataforma eletrónica **até às 23:59 horas do 9.º dia** a contar do envio do presente convite, e assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.

12. O concorrente é obrigado a manter a propostas pelo prazo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.



13. Propostas variantes: Não são permitidas propostas variantes.

14. A proposta não será objeto de negociação.

15. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação: 5 dias úteis após a notificação de adjudicação.

16. Documentos de habilitação:

Os documentos de habilitação a apresentar pela entidade adjudicatária, são os seguintes:

- a) Declaração do concorrente elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II ao presente convite, do qual faz parte integrante;
- b) Documento comprovativo de que o concorrente não tenha sido condenado por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido condenados por aqueles crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções;
- c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- d) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- e) Documento comprovativo do registo e das respetivas atualizações de beneficiário efetivo constantes no RCBE - Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE);
- f) Documento comprovativo da titularidade das habilitação legalmente exigidas para a prestação dos serviços em causa, designadamente o Registo de Estabelecimento na Direção Geral de Alimentação e Veterinária, com a identificação das atividades autorizadas.
- g) Documento comprovativo de que o concorrente não tenha sido condenado por sentença transitada em julgado por algum dos crimes seguidamente mencionados, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido condenados pelos mesmos crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação:



- i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
- ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho, de 26 de Maio de 1997, e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
- iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
- iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais.

17. Prazo para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação: 5 dias úteis após a correspondente notificação.

18. Prestação de caução: Não é exigível, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

19. Contrato escrito: Redução do contrato a escrito, nos termos do artigo 94.º do CCP.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Ex.^a os meus melhores cumprimentos e os protestos da mais elevada estima e consideração.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E PATRIMÓNIO,

(Alexandra Maria de Carvalho Pereira)
ao abrigo da competência delegada
no despacho n.º 5/2022, de 19 de janeiro



ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade

competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente



ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO III

Modelo de declaração

Declaração do cumprimento do disposto no artigo 419.º-A do CCP

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o contrato relativo a ... (objeto do contrato) com trabalhadores que cumpram com as exigências constantes do artigo 419.º-A do CCP, referente ao procedimento de Contratação Pública N.º.....

2 - Declara também que, caso o Gestor do Contrato designado pelo Contraente Público o solicite, apresentará, no prazo que lhe for definido, cópia dos respetivos contratos de trabalho dos trabalhadores afetos à execução do presente contrato de prestação de serviços.

3 - O declarante tem pleno conhecimento das consequências de prestar falsas declarações.

(local), (data), [assinatura].